

Diário da Sessão n.º 112 de 08/09/04

Deputada Natividade Luz (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os valores que balizam o modelo de sociedade que defendo – liberdade, igualdade de oportunidades, desenvolvimento económico sustentado, preservação do planeta, mais ciência e tecnologia ao serviço de melhores condições de vida para todos, saúde, educação e cultura com igualdade de acesso a todos os cidadãos, conduzem-me, necessariamente, a uma determinada concepção de como deverá ser o sistema de ensino público, e, de como se devem organizar as escolas, para que lá se possa construir e generalizar o acesso à sociedade do conhecimento, que cada vez mais se impõe.

É um dado adquirido que as sociedades são tão mais avançadas quanto mais a sua economia se basear no conhecimento e estiverem preparadas para uma aprendizagem contínua - este tem de ser, também, o nosso desafio!

Assim, as escolas têm de ser elas próprias - “learning centers” – que aprendem com o espaço global para melhor ensinarem, servindo os diferentes grupos da sua comunidade.

Estando a população jovem em retracção – população que tradicionalmente tem maior capacidade de aprendizagem e de acompanhamento de novos conhecimentos e tecnologias, desde o início da sua formação, as “Economias Baseadas no Conhecimento” deparam-se com exigências de vulto, tais como:

- A necessidade de aperfeiçoarem os seus sistemas de ensino e formação, orientando-os para as qualificações médias e superiores associadas à forma como cada uma delas assimilar a “terciarização avançada”, envolvendo a

totalidade da população jovem nesse processo de aprendizagem orientado para o futuro;

- A necessidade de encarar de forma diferente a tradicional separação entre ensino mais académico e ensino mais profissionalizante, no sentido de “extrair” a maior capacidade de aquisição de competências e conhecimentos, ao longo da vida activa, por parte dos jovens.

Por outro lado, o conteúdo académico da formação profissionalizante deve ser fortalecido, tornando mais fácil aos jovens com cursos profissionais, o ingresso no ensino superior, fornecendo-lhes as bases de conhecimento teórico para poderem lidar com tecnologia em mutação, e preparando-os para processos continuados de resolução de problemas.

É preciso contrariar a ideia de que o ensino profissional, é sempre uma escolha de nível inferior.

A procura explosiva de conhecimentos a que, já hoje, assistimos, processo irreversível, associada às quebras acentuadas nos custos das telecomunicações, combinadas com grandes aperfeiçoamentos no “software” (e contínuos aperfeiçoamentos no “hardware”), o aumento dos “agentes” capazes de pesquisar nas bases de dados acessíveis por redes do tipo “Internet”, e de acordo com as necessidades do utilizador, o desenvolvimento das tecnologias de simulação por computador que permitem uma aprendizagem interactiva e um controlo dos avanços no conhecimento, por forma a que os indivíduos possam moldar o processo de aprendizagem de modo mais adaptado às suas necessidades, **exige que se operem mudanças tecnológicas e organizativas no modo, tempo e local da aprendizagem.**

Por outro lado, assiste-se a uma crescente procura, por parte dos indivíduos, de locais de aquisição de conhecimentos e de certificação mais eficientes e reconhecidos internacionalmente.

Assim, surge uma concorrência aos sistemas públicos de educação, tradicionalmente, protegidos.

A oferta pública tem de ter em conta essa concorrência, quer interna, quer externa, e para continuar a ter qualidade tem de dar respostas descentralizadas e inovadoras para o ensino, e uma oferta mais diversificada dos materiais educativos.

Deputado Nuno Amaral (PS): *Muito bem!*

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É dentro do contexto que acabo de referir, que retomo o conceito de escolas – “comunidades aprendentes”, ou seja, organizações capazes de aprender com a experiência; de construir uma estratégia indutiva de mudança, apoiada nos bons exemplos que existem no terreno; que promovam a acção dos seus formadores, para além de meros transmissores de conhecimentos, de forma a serem animadores dos processos de aprendizagem, conselheiros do projecto pessoal e profissional do formando e organizadores das interfaces com a comunidade local.

Para melhor concretizar o conceito “comunidades aprendentes”, passo a referir, como exemplo, alguns princípios organizativos e metodológicos que deveriam estar subjacentes ao “ensino-aprendizagem” da Matemática.

A matemática é, no dizer de Miguel de Guzman, um dos grandes professores e investigadores em educação matemática dos nossos tempos, (*e passo a citar*) “uma chave fundamental para a compreensão do mundo e o desenvolvimento integral do ser humano”; “uma ciência em busca da verdade, uma ferramenta que vem em auxílio das outras ciências e actividades do homem, uma actividade criadora de uma beleza apenas acessível aos olhos da alma, como dizia Platão.” (*fim de citação*).

Esta visão ampla da actividade matemática, devia fazer da educação matemática uma perpétua aliada da educação humanista e não sua rival. As

facetas profundamente humanas desta ciência são as que deveriam fazer dela um dos grandes eixos do nosso sistema educativo.

Assim, em cada escola, os professores que ensinam matemática devem organizar-se como uma equipa de trabalho, coordenada pelo respectivo delegado de disciplina.

No início de cada ano lectivo, e com a devida antecedência, relativamente ao começo das aulas, prepararão a sua actividade docente, tendo em conta:

Reconhecimento da escola onde vão trabalhar, através do conhecimento de:

- Projecto Educativo da Escola, e de como nele irá participar, quer o grupo disciplinar, quer cada professor individualmente;
- Principais características socio-económicas da comunidade a que a escola pertence;
- Quais as parcerias que existem entre as forças vivas da comunidade e a escola;
- Como organiza a escola a relação com os pais e qual o nível de participação que estes têm na vida daquela;
- A escola dispõe, ou não, de psicólogo escolar, e qual o Regulamento Disciplinar.

Preparação da componente lectiva com base nos seguintes vectores:

1. Reflexão, sob a coordenação do delegado de disciplina, dos pontos críticos do ensino-aprendizagem da Matemática, tais como:

- Como ensinar matemática, numa escola de massas, por forma a integrar positivamente a diversidade?;
- Como garantir que, ao nível da escolaridade básica obrigatória, todos os alunos aprendam matemática, ou seja, tenham sucesso na disciplina, ainda que o sucesso, não seja o mesmo em todos os casos?;
- Como compatibilizar orientações metodológicas (abordagens intuitivas, utilização de materiais e tecnologias, utilização da resolução de problemas

e das aplicações da matemática, trabalho de grupo, ...) com o cumprimento dos conteúdos programáticos?;

- Como promover a apropriação generalizada, por parte dos professores, de “novas” orientações curriculares e a sua concretização na acção lectiva?

2. Conhecimento dos materiais educativos de que a escola dispõe, para o ensino da matemática, por exemplo, um Laboratório de Matemática, fundamental para que os alunos possam ter uma relação mais próxima com os computadores, adquirindo destrezas na utilização de “software” e acedendo a sítios na Internet com grande interesse para a matemática;

3. Caracterização, dos conhecimentos matemáticos dos seus formandos, bem como o número de repetências, meio sócio-económico, e necessidades educativas especiais;

4. Definição dos objectivos e dos “timings” que, para cada ano e nível de ensino, se propõem atingir, quais as metodologias mais indicadas e quais os materiais educativos que vão utilizar, nomeadamente, os manuais escolares.

5. Elaboração dos materiais de avaliação contínua e sumativa;

6. Definição das estratégias a organizar para recuperação dos conhecimentos não adquiridos, por parte dos alunos.

7. Definição das áreas de trabalho interdisciplinar;

8. Identificação das necessidades de formação dos professores do grupo de disciplina.

Todo este trabalho deve ser feito por equipas, coordenadas pelo delegado de disciplina e/ou coordenadores de ano.

Deve, ainda, ser dado conhecimento, por escrito, das decisões relevantes, ao Conselho Pedagógico e ao Conselho Executivo.

Ficam, desta forma, estabelecidas, com transparência, parcerias educativas entre os principais responsáveis pelo ensino-aprendizagem na escola – professores, conselho pedagógico e conselho executivo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foi minha intenção usar esta última oportunidade para aqui falar, dar-vos testemunho de como acredito na possibilidade de melhorar a organização das nossas escolas, visando a melhoria do ensino e da aprendizagem que lá ocorrem.

É, também, minha convicção, de que não é necessário nem uma nova Lei de Bases do Sistema Educativo, nem reformas estruturais dos ciclos de ensino ou dos currículos, nem outro modelo de gestão das escolas.

Ao invés dessas anunciadas mudanças, o que considero, realmente importante, é que haja, por parte dos responsáveis pelas políticas educativas (quer sejam legisladores ou executivos), um papel mais activo e permanente, no sentido de promoverem e apoiarem as escolas na sua organização como “comunidades aprendentes”.

A nível da Região Açores, os Governos do Partido Socialista, operaram, nos últimos 8 anos, reformas estruturantes, essas sim necessárias, no sistema de ensino regional. No entanto, é preciso continuar a melhorar a qualidade de ensino que se ministra nas nossas escolas, apoiando-as, no terreno, de acordo com as suas necessidades.

O grande repto é que se tenha um ensino público actual e eficiente, é este o desafio que aqui deixo para o futuro!

Disse!